

Constituintes vão debater saúde amanhã

Para comemorar o seu 45º aniversário, transcorrido no último dia 17, a Fundação SESP, segunda maior rede de serviços em saúde pública do País (superada apenas pelo Inamps) e principal órgão executor de obras de saneamento do Governo Federal, promoverá amanhã um debate sobre a "Constituinte, Reforma Sanitária e a Fundação SESP".

Nesse debate serão discutidos os novos rumos da política de saúde no Brasil, a questão da reforma sanitária na Constituinte e o futuro da Fundação nesse contexto. O debate está marcado para as 9 horas no auditório Emílio Ribas, do Ministério da Saúde (Esplanada dos Ministérios, bloco 11, térreo). Dele participará o ministro da Saúde, Roberto Figueira Santos, a presidente da Fundação SESP, Elisa Vianna Sá, autoridades ligadas ao setor saúde e parlamentares que integraram a Comissão da Ordem Social na Constituinte, onde foi formalizada a proposta de uma política para o setor, na nova Carta.

Criada num esforço de guerra, em 1942, como instrumento estratégico, com o nome de Serviço Especial de Saúde Pública, a Fundação SESP, vinculará ao Ministério da Saúde, espalhou-se por todo o País e hoje presta serviços em saúde e saneamento a mais de 19 milhões de pessoas. Ela está presente em todos os estados brasileiros, com exceção de São Paulo, Acre e território de Fernando de Noronha.

Em centenas de localidades do Brasil, a Fundação é o único serviço de saúde disponível. Isso porque faz parte de seu programa de trabalho, desde quando foi criada, a penetração em áreas pioneiras, onde ainda não chegaram as comodidades dos grandes centros urbanos.

Hoje a Fundação SESP presta serviços de saúde em 347 municípios, onde estão distribuídos mais de 1.700 leitos. E de saneamento em outros 280.

Além do atendimento médico e sanitário, a Fundação SESP também desenvolve pesquisas e atua na formação de profissionais na área de saúde.

Juristas criticam o anteprojeto

Para eles o atual texto é prolixo, contraditório e até fecundo

Há duas semanas posto em discussão no plenário da Constituinte, o Projeto de Constituição cozinha em banho-maria. Não gerou a polêmica, o debate que se esperava. Os criadores parecem haver relegado a cria; embora alguns tentem organizar a discussão, dividindo-a por temas. Afinal, ninguém sabe por onde começar: são nada menos que 496 artigos. E o que pensam de tudo isso nossos juristas? Foi o que o CORREIO procurou saber, encontrando só num deles — o cientista político cearense Paulo Bonavides — uma infinidade de adjetivos que termi-

nam por caracterizar o Projeto como uma enciclopédia de casuismos. Ele, que abandonou na primeira reunião o grupo de notáveis convocado para fazer um embrião de Constituição que acabou também sendo abandonado pela Constituinte, diz que o projeto atual peca pela forma, técnica e conteúdo, é redundante, prolixo, obscuro, contraditório, desatualizado e humilhante. Mas também há quem tenda que esse negócio de Constituição enxuta é bobagem. É o caso do petista Hélio Bicudo.

Cândido Mendes: retrato do País

LUIZ CARLOS MARANHÃO
Correspondente

Rio — "Um fecundo mostro, importante para a pedagogia da tomada de consciência nacional" — é assim que o jurista Cândido Mendes define o anteprojeto de Constituição concebido até esta etapa do processo constituinte. "Trata-se de um texto caudaloso e ricamente contraditório, produzido pela habilidade e estratégia de Afonso Arinos (senador, presidente da Comissão de Sistematização) e Bernardo Cabral (deputado e relator da mesma comissão)", de acordo com o jurista.

Cândido Mendes, como se nota, não se alinha entre os críticos do texto de mais de 500 artigos avalizados por Arinos e Cabral. De acordo com o professor, as críticas partem de "espíritos apressados" e entende o anteprojeto como "a placenta" da futura Constituição e que contempla plenamente o atual estágio do debate constituinte.

O anteprojeto, na forma como foi disposto, é o retrato do Brasil e de suas aspirações de fundo. É uma conformação de texto sem precedentes na história dos processos constituintes do País. Há que se valorizar este projeto, nes-

ta dimensão, porque busca a voz dos marginalizados — sustenta o jurista e acrescenta:

— Temo muito pelos textos enxutos que não buscam consolidar as necessidades de mudança.

E necessário, segundo Cândido Mendes, que dentro desta compreensão se dimensione a importância de que a nova Constituição tenha um texto preciso em relação "às prioridades tangíveis de mudança. Na defesa dos direitos humanos e na vinculação dos direitos do cidadão com a ordem do direito internacional", acentua.

E neste sentido, conforme o jurista, o texto de Afonso Arinos e Bernardo Cabral está na linha de frente com "as garantias do cidadão diante da super-burocracia estatal. A Constituição precisa visualizar agora as esperanças concretas de mudanças", insiste.

O professor destaca a vinculação da ordem interna à adesão aos direitos do homem consagrados internacionalmente, semelhante ao concebido nas constituições espanhola e portuguesa. Cândido Mendes destaca ainda a política da cultura e a consciência ecológica contempladas no anteprojeto. E destaca, prin-

cipalmente, como grande conquista do texto de Cabral e Arinos no campo da organização dos poderes, o que chama de presidencialismo congressual, que "acabe com a hipertrofia do presidencialismo" mas que também padeca das fragilidades "do parlamentarismo clássico".

Outro avanço registrado por Cândido Mendes está relacionado no campo da defesa do cidadão e da sociedade frente ao Estado, corrigindo todo abuso de poder e suas violências.

Cândido Mendes acha que o maior mérito do documento é o de se situar como espelho do quadro de contradições da sociedade brasileira. Acha, também, que a sociedade ainda não se debruçou sobre a importância desta característica do anteprojeto constituinte e criticou "os espíritos apressados", dando a entender que boa parte das estocadas que o projeto de Bernardo Cabral e Afonso Arinos vem sofrendo está relacionada com as resistências de quem não quer mudanças. O professor repetiu mais de uma vez que para o atual estágio do processo constituinte, o anteprojeto contraditório" e de avanços substanciais no campo da cidadania e outros já destacados.

Gofredo e Bicudo: divergências

MARILENA DÉGELO
Da Sucursal

São Paulo — Mais da metade dos artigos do projeto de Constituição, na opinião do jurista e professor da Faculdade de Direito da USP, Gofredo da Silva Telles, é supérflua. "Se houver muito mais do que 200 artigos, a Constituição passa a ser passível de violação" — criticou o professor, depois de examinar os 496 artigos do projeto em discussão na Constituinte.

Gofredo considera que a maior parte desses artigos é matéria de lei ordinária, que se regulamentada pela Constituição recebe solução definida em termos nacionais. "quando muitas vezes é melhor que a solução seja regional". Ele cita, por exemplo, a questão da reforma agrária. Em vez de dedicar nove artigos para esse tema, a Constituição deveria ter apenas um, muito simples, determinando que a União faça a reforma agrária.

A nova Carta, para ser sintética e enxuta, segundo ele, não deve entrar na regulamentação minuciosa dessa reforma: "Tal regulamentação pode exigir alterações devido à modificação das circunstâncias no tempo e no espaço. A reforma agrária no sertão de Pernambuco não pode ser igual à de Campinas e Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Deve se estabe-

lecer, quando muito, que a reforma agrária seja feita o mais rápido possível".

O jurista defende que a Constituição só contenha princípios gerais que sejam iguais em todo território nacional e permaneçam válidos durante longo prazo. Mesmo nas questões de ensino, como reforma universitária ou da educação nas primeiras séries da escola regular, ele acredita ser muito difícil estabelecer normas rígidas para todo o território nacional.

— Uma Constituição não pode ter 500 artigos. As próprias exigências da vida vão se incumbir de torná-la supérflua. As Constituições analíticas e minuciosas não conseguem se manter porque a força da vida é maior do que a lei.

BICUDO

Ao contrário de Gofredo, o bacharel em direito e membro da Executiva Nacional do PT, Hélio Bicudo, considera "bobagem" essa questão de se desejar uma Constituição enxuta. "Também não é verdade que a Constituição dos Estados Unidos tenha poucos artigos. E mesmo se tivesse, não deveria servir de exemplo para o Brasil. Nas condições em que o País está hoje, comporta ainda mais mecanismos para que os enunciados não fiquem apenas em normas pouco reais" — afirmou.

Na opinião de Bicudo, a Constituição deve ser ex-

tensa para garantir a defesa do povo de atos do Governo. Os quase 500 artigos do projeto, segundo ele, não são demasiados, nem definitivos. "O que se tem feito é uma crítica programada contra o trabalho da Constituinte, dizendo-se que se trata de uma heresia. Se esse Congresso produz um texto que não se amolda aos conceitos da Nação, a culpa é de quem convocou esse Congresso constituinte e que agora, ao perceber a manobra parte para a crítica" — contestou.

Embora considere que os 500 artigos sejam um resumo da vontade popular, através de seus representantes, Bicudo disse que extinguiu o que trata da justiça militar, retirando esse poder das Forças Armadas. Outra modificação que faria no texto atual seria a substituição dos artigos que tratam da reforma agrária. "O que existe não é reforma agrária, porque não limita a propriedade e nem traça novas definições do conceito de propriedade. Ao invés de agilizar a reforma agrária, o projeto da nova Constituição está colocando mecanismos que inviabilizam essa reforma" — reclamou.

A questão, na opinião de Hélio Bicudo, não é a quantidade de artigos que possa ter uma Constituição, mas que se tome precauções através de mecanismos que não permitam a volta ao estado autoritário.

Bonavides: falta alinhamento

PAULO ERNESTO SERPA
Correspondente

Fortaleza — O cientista político cearense Paulo Bonavides admitiu que o anteprojeto da Constituinte, elaborado pela Comissão de Sistematização, "é um ente semelhante àquele monstro da imaginação de Montesquieu, dotado de cem mil braços e cem mil pés, demasiado veloz para tudo derrubar ou demasiado lento para quase não se movimentar". Por isso, Bonavides suspeita que o plenário tenha forças suficientes para abater esse monstro. "Tudo tem sido até este ponto dolorosamente contraditório. Em verdade, não se elaborou ainda um Projeto de Constituição, mas uma enciclopédia de casuismos" — acrescentou.

Paulo Bonavides, que abandonou, no primeiro dia de reunião, o grupo de notáveis formado pelo Governo Sarney, ano passado, para elaborar um anteprojeto da nova Constituição, sequer levado em conta pelos constituintes, entende que a matéria constitucional ficou assfidiada em função do exagerado número de disposições constitucionais enfiadas no texto da comissão de Sistematização.

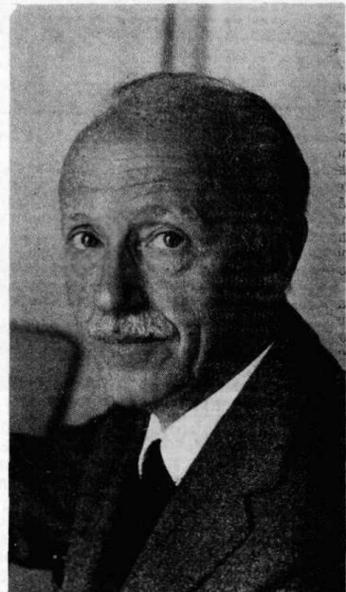
Professor constitucionalista, Bonavides manifestou sua surpresa quanto ao tipo de parlamentarismo sugerido no anteprojeto. "Os textos das comissões consagram uma forma de parlamentarismo dualista ou híbrido, fadado ao inteiro fracasso. Um parlamentarismo que Raul Pilla jamais subscreveria, porquanto renova a farsa de 1961 e, adotado como ali se acha, embargará para sempre o verdadeiro parlamentarismo", explica.

"Não sei o que restará da autoridade daquele pseudoprimeiro-ministro, fadado a ser um ano político, carente de legitimidade com seus prováveis trezentos mil votos de origem, se porventura for um paullista, ou com seus três mil sufrágios, se for um dos representantes dos novos Estados nascidos das disposições transitórias, quando tiver de confrontar-se com um presidente da República coroado por cinco ou seis milhões de votos e determinado pelo permissivo constitucional, a nunca deixar de aparecer e, portanto, de presidir as sessões do Conselho de Ministros" — ironiza.

Para ele, o anteprojeto da nova Constituição peca pela forma, técnica e con-



Gofredo defende Constituição sintética, para Bicudo "isso é bobagem"



"O Parlamento não tem poder"

Embora os decretos-les não tenham prazos bem curtos para serem examinados pelo Congresso; 75 dos cerca de 130 decretos que esperam por exame do Senado ainda são do governo Figueiredo, e 54 são do governo Sarney. De todos os decretos-les baixados por Sarney, somente os dois relativos ao Plano Cruzado foram devidamente examinados e aprovados pelo Legislativo.

Na opinião do deputado Adylson Motta (PDS-RS), que deu estas informações na tribuna da Constituinte (anteontem) pela manhã, esta situação pode explicar, pelo menos em parte, o fraco comparecimento às sessões da Constituinte. "Não reunimos mais gente aqui porque perdemos a nossa substância, os nossos poderes. Só existimos aqui de uma forma simbólica", protestou Adylson Motta.

O deputado responsabilizou a mesa do Senado Federal por manter estes 130 decretos-les "dormindo escaninhos daquela Casa". Ele acredita que o fato de o Poder Executivo continuar legislando através de decretos-les é uma prova de que "nada mudou" nestes últimos dois anos.

Adylson Motta e os outros inscritos falaram para um plenário quase vazio, onde se destacava a presença do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), presente pela primeira vez numa sessão plenária desta fase do debate do projeto. Cabral chegou pontualmente, às 9 horas, e ficou até as 10h45min, depois de conversar com o deputado Ulysses Guimarães por cerca de 15 minutos.

Cabral não estava inscrito para o debate, mas fez questão de apertar os oradores. Dionísio Dal Pra (PLF-PR), que pediu para fugir um pouco do tema constitucional e homenageou os colonos por seu dia, acabou recebendo um cumprimento de Cabral.

Vossa Excelência aborda, ainda que de forma oblíqua, um tema constitucional, pois quando fala dos colonos toca na questão da nacionalidade e da reforma agrária. Não tenha dúvida de que o tema constitucional está sendo lastreado no seu discurso, e eu quero cumprimentá-lo por isso — disse o relator.

Cabral e Nilson Gibson (PMDB-PE) também trocaram elogios. Gibson referiu — se, no início de seu discurso, à presença do "íntegro e erudito relator da Constituinte" e foi chamado por Cabral, durante um aparte, de "um companheiro leal, além de estudioso".

Gibson contou a história de todas as assembleias nacionais constituintes do Brasil desde o Império e lembrou um pouco a história recente do País, ao falar sobre os compromissos firmados por Sarney com a Aliança Democrática. Na opinião de Gibson, que estava com a cópia do documento assinado na época por Sarney, o Presidente tem honrado as promessas de Tancredo.

O deputado pediu para que o documento fosse transcrito nos anais da Constituinte. "Não vou lê-lo item por item para que não fique entadonho, mas isto seria até interessante, para reavivar a memória de alguns", disse Gibson.

Conan dá apoio para as invasões urbanas

Um capítulo da Constituição tratando especificamente da questão urbana — que envolve basicamente moradia, transporte, saúde e saneamento — é sonho que a Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conan) não vem conseguindo materializar. A falta de explicitação de uma política séria de habitação preocupa a entidade, que aponta um verdadeiro barril de pólvora: 10 milhões de brasileiros sem moradia, que promovem a cada dia mais invasões de terrenos e ocupação de prédios.

O vice-presidente da Conan, Carlos Alberto Frank, conhece de perto o problema da invasão de prédios, como presidente da Federação das Associações Comunitárias e de Amigos de Bairros do Rio Grande do Sul (Fracab). O presidente, João Bosco, vereador pelo PC do B em São José dos Campos, está mais próximo fisicamente das invasões de terrenos na Zona Leste de São Paulo, onde a repressão já fez uma vítima. Ambos se preocupam com a falta de perspectivas desta massa marginalizada, e não vacilam: "A Conan não incentiva as ocupações, mas as apóia", afirmam.

"Apoiamos todas as formas de luta, porque todas elas são válidas. E o povo quem as escolhe", define Bosco. E vai adiante: "Só no ABC houve 20 mil demissões. O que o povo vai fazer? Passar fome? Não, o povo vai buscar alternativas de luta. O povo está certo: a única coisa que não pode fazer é passar fome

num país que tem a oitava economia do mundo".

Com base neste raciocínio, ele diz que os saques — além de consistirem em uma forma desesperada de ação — constituem também um ato político. E, como tal, têm o apoio da Conan, embora não sejam incentivados por ela. De modo semelhante, Frank fala sobre a moradia. Para ele, o que impulsiona as ocupações de prédios desabitados é a situação desesperadora de trabalhadores que se vêem na iminência de descer à condição de favelados.

POLVORA

No Rio Grande do Sul — e praticamente só na Grande Porto Alegre — 2 mil 700 casas ou apartamentos, que a Cohab não entregava aos mutuários, foram invadidos neste ano. Em São Paulo, de fevereiro para cá, surgiram 300 invasões só na Zona Leste, envolvendo mais de 100 mil famílias. O vice-presidente da Conan resume a posição usando a palavra de ordem levantada pela Fracab: "Lutar para que não exista um trabalhador sem casa, enquanto existir uma casa vazia".

A especulação imobiliária, criando vazios urbanos, é o estopim desse verdadeiro barril de pólvora gerado pela falta de uma política séria de habitação — considera Frank. Os vazios urbanos têm uma série de defeitos danosos, à população e ao Poder Público, servindo só aos que vivem seus terrenos "valorizando a cada minuto", diz.

Quércia já aceita Jânio ir para PMDB

São José do Rio Preto — O governador Orestes Quercia disse ontem em Pereira Barreto, a 650 quilômetros de São Paulo, na região Noroeste do Estado, que pessoalmente não tem nenhuma restrição à filiação do prefeito Jânio Quadros ao PMDB.

No entanto, não vou fazer nenhuma pressão a favor ou contra, nem abona ficha, porque como governador tenho que respeitar todas as tendências dentro do partido. Eu não tenho nenhuma restrição a quem quer que seja que queira entrar no partido. Esta é uma questão que o Diretório tem que resolver. Sei que no partido tem os que apóiam e os que são contra. Eu não vou me manifestar nesta questão — afirmou.

Sobre as pressões do PFL para que o presidente José Sarney faça alteração no Ministério, o governador previu para breve uma pacificação.

Pressões são normais e legítimas, mas acho que elas não vão aumentar. O PMDB e o PFL vão continuar juntos apoiando José Sarney e o Governo da Nova República, para que possamos superar os problemas que o Brasil enfrenta — completou. Ele defendeu o mandato de cinco anos para o Presidente, manifestando-se contrário as eleições em '88. Revelou que na próxima quarta-feira irá almorçar com o presidente Sarney para tratar de assuntos de interesse do Estado.

O governador voltou a inocentar o presidente do Banepar, Otávio Ceccato de participação nas operações irregulares do banco.

— Desde o início sempre ficou claro que o Ceccato não tinha nada com isto. Agora o inquérito provou isto. A Polícia Federal e a Justiça terão condições de rever novamente a questão. Nosso governo é aberto, não vamos compactuar com irregularidades. Toda vez que houver denúncias, vamos apurar e colocar aqueles que cometeram crimes na cadeia. Doa a quem doer. Ceccato é inocente e por isso fica no cargo — disse o governador. Ele descartou qualquer mudança no seu secretariado por enquanto, apesar de reconhecer que existem muitas falhas sendo cometidas por sua equipe.

Vasconcelos: Crise ajuda PT e PDT

Recife — O prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, discordou ontem da colocação feita pelo ex-governador de Pernambuco, Roberto Magalhães, de que o PT e o PDT serão imbatíveis nas eleições de 1988, se as forças políticas do centro não se organizarem. Admitiu o prefeito que os dois partidos podem ter hoje uma situação privilegiada em consequência da conjuntura.

Disse Vasconcelos entender que a crise econômica vivida pelo País e o seu agravamento são conjunturais e que os dois partidos opositoristas jogam em cima dessa crise, no estrangulamento do processo político nacional.

— O PT e o PDT seriam imbatíveis se a crise fosse perpétua, mas estou certo de que com o bom senso, o PMDB e outras forças democráticas poderão fazer com que o País saia da situação em que se encontra e possa, já a partir de 1988, desfrutar de uma situação muito mais favorável do que a enfrentada atualmente — argumentou.